

## **A CONCEITUALIZAÇÃO DO ESPAÇO NA TEORIA PECHEUTIANA: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO DE FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA**

Marilene Aparecida Lemos<sup>1</sup>  
Bianca Cavichia Desidério<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Com base no dispositivo teórico da Análise do Discurso de linha francesa, buscamos refletir brevemente no presente texto sobre um objeto em específico, qual seja, o **espaço**, dentro do contexto da fronteira Brasil/Argentina, especificamente a faixa fronteira que compreende as cidades conurbadas de Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Misiones-Argentina, quando da demarcação dos limites no início do século XX. Um dos objetivos desse trabalho de análise é o de compreender discursivamente as evidências a que nos encontramos submersos, sobretudo em relação às línguas enunciadas na faixa de fronteira.

Para este trabalho, consideramos, desse modo, relevante retomar uma obra que pontua aspectos importantes sobre a região fronteira em estudo: “A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras”, organizada pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Trata-se de uma obra que relata a viagem do então governador Adolfo Konder (denominado, na época, *Presidente de Estado*), que sai de Florianópolis e, por um período de 30 dias, percorre o estado de Santa Catarina até a cidade de Dionísio Cerqueira, localizada na fronteira com a Argentina. Nessa obra são publicados, em 2005, textos fac-similares de: “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” (1929), de Arthur Ferreira da Costa; e de: “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931), de José Arthur Boiteux. Também fazem parte da obra um álbum fotográfico que

---

<sup>1</sup> Mestre em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é aluna do programa de Doutorado em Linguística do *Instituto de Estudos da Linguagem* (IEL), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>2</sup> Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente é aluna do programa de Doutorado em Linguística do *Instituto de Estudos da Linguagem* (IEL), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

registra a passagem do Presidente de Estado pelo Oeste e duas interpretações sobre a viagem de 1929.

Faremos uma pesquisa bibliográfica inicial, com o intuito de mapear como o *espaço* é conceituado em trabalhos desenvolvidos no campo dos estudos da linguagem que operam com base na releitura da teoria pecheuxtiana, tais como os trabalhos de Orlandi e Rodríguez. E, em seguida, faremos uma leitura da obra, acima citada, e buscaremos por marcas que apontem para o modo como os viajantes descrevem o referido espaço fronteiriço, atentando ainda para as línguas enunciadas nesse espaço.

## **A CONCEPTUALIZAÇÃO DE “ESPAÇO” NA ANÁLISE DO DISCURSO**

No texto “A análise de discurso: três épocas (1983)”, quando Pêcheux discute sobre a primeira época da análise de discurso ele mostra que “o ponto de partida de uma AD-I é um *corpus* fechado de sequências discursivas, selecionadas (mais frequentemente pela vizinhança de uma palavra-chave que remete a um tema)”. Ao dizer isso, o pesquisador francês fala sobre “um espaço discursivo”. Para ele, essas sequências discursivas estão em um “espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas (PÊCHEUX, 2010, p.308). Esses mesmos *espaços discursivos* são ainda designados por Pêcheux (na obra intitulada “O discurso: estrutura ou acontecimento” – 1983) como “logicamente estabilizados”, nos quais se inscrevem determinadas ciências, tais como a matemática; e os espaços administrativos (jurídico, econômico e político). Ainda, nesses “espaços”,

[...] supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços).

O próprio Pêcheux, contudo, critica a homogeneidade lógica, pois o conjunto de proposições suscetíveis de ser verdadeiras ou falsas é atravessado por uma série de equívocos, “em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc. que

“cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações. ” (PÊCHEUX, 2008, p.32).

Passando o nosso olhar aos estudos de Orlandi (2001) sobre o espaço – deslocados, nos trabalhos da autora, para a questão da cidade –, podemos tomá-lo enquanto fato simbólico, como espaço social público urbano. Destacamos, aqui, que este espaço é compreendido como “espaço material (político-simbólico) comum, sócio histórico, com uma quantidade de sujeitos significantes vivendo dentro” (ORLANDI, 2001, p.62), visão esta que é trabalhada, também, por Rodríguez-Alcalá em seu texto “Entre o espaço e seus habitantes” (2003), no qual a autora busca pensar o papel da língua para compreender os processos urbanos. A autora explica que ao analisar a cidade tem-se por objeto “um espaço particular, que estabelece uma relação determinada com sua exterioridade e com seu interior”, um espaço no qual estão incluídos “os sujeitos que o habitam, os quais, enquanto “animais simbólicos”, se caracterizam por ter a linguagem.” (RODRÍGUEZ ALCALÁ, 2003, p.81).

Rodríguez-Alcalá complementa dizendo que, da perspectiva do discurso, “a relação do espaço com a linguagem e com os sujeitos falantes que o habitam” é “uma relação constitutiva”. Para a autora,

A cidade é um espaço simbólico e político, constituído num processo discursivo (ideológico), cuja base material é a língua. Isso traz a língua para refletir sobre o espaço e o espaço para compreender a língua, visando ao mesmo tempo compreender a constituição e funcionamento da sociedade que habita esse espaço. (Idem, p.82).

Ainda sobre o assunto, em texto intitulado “Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo” (2011), Rodríguez-Alcalá apresenta uma importante contribuição para os estudos da cidade enquanto espaço simbólico. A autora retoma a crítica da Análise do Discurso ao (neo) positivismo, que se define “pela tentativa de *desnaturalizar* a realidade social, mostrando que esta é resultado de um processo simbólico e político que se dá na história.” Neste sentido, (a) “os *sujeitos* não são o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas); (b) a *linguagem* não é um código que reflete de maneira transparente as coisas do mundo; (c) o *mundo* não se confunde com o meio natural, condição da vida

orgânica, mas é o espaço simbólico que resulta do mesmo processo de constituição subjetiva.” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p.245).

A autora explica, portanto, que a AD mostra de que modo a linguagem e a própria língua intervêm neste processo simbólico e político que se dá na história, em que são produzidas as duas evidências fundamentais que Pêcheux (1988) [1975] retoma de Althusser e desenvolve na teoria que propõe: a *evidência do sujeito* e a *evidência da linguagem*. Nesse movimento analítico, ela propõe desenvolver uma terceira evidência: a *evidência do mundo*, “pela qual este se apresenta como meio natural pré-construído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana”. No entender da autora, este é o “objeto específico das pesquisas em saber urbano e linguagem”, que permite [...] afirmar que *sujeitos, sentidos e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre esses termos uma *relação constitutiva*.” (Idem, p.246).

## FRONTEIRAS, LÍNGUAS E HISTÓRIA

Dionysio Cerqueira<sup>3</sup> por ocasião da visita de Adolfo Konder, reclamava a atenção do governo do estado e do governo brasileiro. Costa (1929, p. 37), dentre a descrição daquele espaço fronteiriço, nos traz as palavras de Dionysio Cerqueira:

Aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização política.

Procuramos, a seguir, realizar uma breve análise, do trecho acima mencionado, com vistas a compreender o espaço de fronteira, bem como o funcionamento das línguas enunciadas nesse espaço e sua relação com a história.

Começamos por dizer que o período compreendido entre o final do século XIX e início do XX foi marcante para os países latino-americanos no sentido de afirmação de sua nacionalidade. Essa época coincide, na Argentina, com a chegada

---

<sup>3</sup> O nome da cidade de Dionísio Cerqueira, no estado de Santa Catarina, é uma homenagem à Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira que foi chefe da comissão brasileira de demarcação de limites com a Argentina.

dos imigrantes, quando o tema da identidade nacional estava entre as principais discussões da época, principalmente entre a elite intelectual, a despeito da heterogeneidade de um país tomado pela imigração europeia.

Na perspectiva de Greja (2009), na Argentina a preocupação com a questão nacional surgiu a partir da independência. No entanto, para a autora, referindo-se a Bertoni (2001), o processo de construção da nacionalidade argentina passa, a partir de 1880, a ser motivado pela imigração massiva e pelo início de uma nova etapa de construção das nações e das nacionalidades na Europa, sob um clima de expansão colonial e imperialista. Diante disso, a elite considerava que a Argentina deveria construir uma nacionalidade própria que englobasse não apenas os argentinos natos, mas também os imigrantes europeus que chegavam ao país. Contudo, esse projeto nacionalizador constituía um grande desafio para a elite intelectual, pois tentava-se forjar valores nacionalistas homogêneos a uma sociedade que se tornava cada vez mais heterogênea.

Para Sarmiento, como mostra Greja (2009), a nacionalização era considerada o único meio de assimilação total da massa imigratória, pois acreditava que uma nova cidadania acabaria por dissolver as fronteiras entre *criollos* e estrangeiros (ibid., p.82). Os intelectuais da geração de 1880 consideravam o *criollo* como o primitivo, o simples, cuja tradição estava associada à espanhola. As cidades iam transformando-se em centros de europeização da Argentina, ao mesmo tempo em que se defendia o rompimento de um passado colonial para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina. Assim, o *criollo* era suprimido e substituído pelo imigrante europeu, representante da “civilização” e visto como a solução para o “problema cultural” que essa geração acreditava atingir a população argentina (ibid., p.30-35; destaques nossos).

No Brasil, em 1930, Getúlio Vargas iniciava a implantação de uma política de nacionalização. Vemos que Orlandi (2005), em seu artigo “O discurso sobre a língua no período Vargas” (Estado Novo – 1937/1945)”, explica que o período denominado Estado Novo foi um período autoritário de tendência centralizadora no qual o governo exercia forte controle dos meios de comunicação, censura sobre a cultura, aspectos que, conseqüentemente, influenciavam na área da educação

(CHAGAS, 1979, p.117). Nesse sentido, Payer (2006) observa que havia uma política linguística que atingia fortemente os imigrantes. Na escola, segundo Orlandi (2005, p.29), “todo o desenvolvimento era para cercear o desenvolvimento de uma dominante estrangeira e a favor da dominância nacional: os professores, a língua, os livros (...) deviam ser do país”.

Devemos considerar que o período de 1930 a 1945 foi significativo no que diz respeito à política para as regiões de fronteira, sobretudo no que se refere à nacionalização das fronteiras, sendo que a educação funcionava como um dos meios para se concretizar o objetivo de nacionalização. De acordo com Brito (2001, p.112), a partir do Estado Novo, em 1937, surgiram, de forma mais evidente, e claramente formuladas como políticas de Estado, as preocupações em torno da nacionalização das regiões fronteiriças do Brasil.

No governo de Vargas, segundo as reflexões de Modesti (2012), havia um interesse forte em consolidar um Estado/Nação. Para tanto, além de outras políticas, fazia-se necessário desenvolver e integrar o interior à nação. Assim, as zonas de fronteira passaram a ser uma preocupação para esse governo, pois poderiam ameaçar a segurança nacional, tendo em vista que nessas regiões circulavam um grande número de imigrantes – os quais Vargas via como representantes de ideais subversivos. O projeto nacionalista, então, criava políticas específicas para as zonas de fronteira, em torno de um elemento fundamental: a educação. No intuito de “nacionalizar” grupos estrangeiros e padronizar o ensino, tomaram-se medidas para fechar escolas consideradas estrangeiras e ampliar o número de estabelecimentos de ensino oficiais. Nessas condições de produção, “os discursos em Santa Catarina demonstravam que [...], ‘desbravar o sertão’ significava construir uma Nação”, de acordo com o autor.

Essas foram algumas das bases políticas que motivaram, em 1929, Adolfo Konder a realizar uma viagem ao oeste de Santa Catarina com o intuito de incitar a construção da brasilidade; ou melhor, “conquistar” “[...] populações brasílicas que estavam se ‘desnacionalizando’, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias à comunhão nacional” (COSTA, 2005, p.7).

As descrições do espaço de fronteira apresentadas dão sentido ao discurso da comitiva de Adolfo Konder, qual seja, o discurso da “desnacionalização” na região de Dionísio Cerqueira. Conforme exposto anteriormente, essa região fronteiriça apresentava escassez de serviços assistenciais básicos, assim como acesso restrito à educação. Desse modo, como demonstra o relato em estudo, os brasileiros que viviam na fronteira estavam cada vez mais inseridos na cultura do país vizinho e se constituíam também na/pela língua espanhola e nessa relação com aquele momento histórico, como sujeitos cívicos, políticos e jurídicos e sujeitos às determinações da nação argentina. Assim, a viagem do governador a essa região fronteiriça, considerada esquecida e desintegrada da nação brasileira, expressa um interesse de integração das fronteiras com os referenciais nacionais. Havia “um simbolismo na passagem de Adolfo Konder pelo oeste catarinense como se a região ‘passasse a fazer parte’ de Santa Catarina e do Brasil a partir dessa viagem, durante a qual o governante pôde constatar os problemas característicos das regiões de fronteira” (MODESTI, 2012, p.42).

Dado o exposto, observa-se que na época da viagem do governador Adolfo Konder a Dionísio Cerqueira (1929), tanto a Argentina como o Brasil vivenciavam um período de efetivação de políticas de nacionalização; contudo, tais políticas apresentavam suas particularidades. Convém destacar que a Argentina concebia o imigrante (principalmente o europeu) como o representante da “civilização” e como a solução do “problema cultural”. No Brasil, o projeto de nacionalização do governo Vargas tinha o imigrante como ameaça à segurança nacional, principalmente nas zonas de fronteira.

Quanto à educação, em ambos os países ela funcionava como um dos meios para concretizar o objetivo de nacionalização. E o discurso da educação se impunha juntamente com uma política linguística a favor da dominância da língua de respectiva nação. No caso do Brasil, o fragmento que analisamos mostra que: “Aquella zona estava se desnacionalizando”, e que tal discurso produz efeitos de sentido de uma não-hegemonia da língua portuguesa na região. Agregado a isso está o fato de “a língua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o último elemento”, que tampouco era positivo para a Argentina,

tendo em vista que “nacionalizar” para aquele país reforçava a ideia de uma fronteira definitivamente castelhana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Encaminhando-nos para as considerações finais deste trabalho, vale mencionar Modesti (2012), fundamentando-se em Hobsbawm (2000, p.272): *um estado nacional se caracterizaria por uma porção territorial na qual vive um grupo homogêneo de pessoas que se identifica por língua e costumes*. Observa-se, pois, que é precisamente nesse sentido que Vargas defendia seu projeto nacionalista, o qual visava unificar o país, independente da pluralidade de grupos e de culturas. Nas regiões de fronteira, no caso em estudo a tríplice fronteira – Barracão-PR, Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Argentina – o fato de determinar aos sujeitos que ali enunciavam a identificação como nação, implicava, obrigatoriamente, identificação pela língua da nação, ou seja, a língua portuguesa. E a ideia de “conquistar” esses sujeitos para o projeto de “brasilidade”, incluindo estrangeiros, visando a compor um país homogêneo, sugere desprezar aquele espaço de fronteira e suas condições de produção, pois “a língua que se fala é uma mistura de português e castelhano” e aqueles sujeitos se constituíam em um espaço heterogêneo entre portugueses, indígenas, caboclos e descendentes de italianos e alemães, principalmente.

Para a análise de discurso, o imaginário de homogeneidade da língua e dos discursos é desconstruído, “todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro” (GREGOLIN, 2005). Embora tanto a Argentina como o Brasil apresentassem uma visão redutora e excludente da mistura de povos, da heterogeneidade, aquém de uma política linguística que contemplasse a interculturalidade e se colocasse a favor de uma imagem idealizada de homogeneidade, de acordo com os interesses das classes dominantes dos respectivos países, os sentidos escapam às determinações, dado que as línguas se dividem, se misturam, entram uma no espaço de enunciação da outra.

## REFERÊNCIAS

BERTONI, L. A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BOITEUX, J. A. Oeste Catharinense (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira). Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

BRITO, S. H. A. de. Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas. 2001.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

CHAGAS, V. *Didática especial de línguas modernas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª. ed., 1979.

COSTA, A. F. da. O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929. In: CEOM (Org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. Texto apresentado no *II Seminário de Análise do Discurso (SEAD)*, na UFRGS, Porto Alegre, 2005.

GREJA, C. B. *Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político: pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HOBSBAWM, E. J. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MODESTI, T. A educação como um projeto de estado/nação na fronteira oeste catarinense (Chapecó 1930-1945). Cadernos do CEOM – ano 25 - nº 37 – Fronteiras, 2012.

ORLANDI, E. P. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001, p.185-214.

\_\_\_\_\_. "O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)". In: *Língua e instrumentos linguísticos*, nº 15, 2005.

PAYER, M. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. brasileira de Eni Orlandi. 2ª ed., Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. "A análise de discurso: três épocas (1983)". In: GADET, F. & HAK, T. (org.); tradução Bethania S. Mariani [et al]. *Por uma análise automática do discurso*. 4ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. "Entre o espaço e seus habitantes". In ORLANDI, E. P. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. "Discurso e cidade: a linguagem e a construção da "evidência do mundo"". In RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; CASTELLO BRANCO, L. K. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011.